



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção B da 31ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº **0059967-75.2019.8.17.2001**

AUTOR: CICERO QUINTINO DA SILVA

REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

SENTENÇA

Vistos, etc ...

1. Do relatório

Cuida-se de Ação Cognitiva aforada por **CICERO QUINTINO DA SILVA** em face de **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, objetivando receber o complemento da indenização securitária que entende devida, indenização esta derivada do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil de Veículo Automotor (DPVAT) – Lei 6.194/1974. Diz o acionante, em síntese, que o evento danoso, ocorrido em 12 de março de 2018, resultou em debilidade permanente, tendo recebido apenas o valor de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) na via administrativa, fazendo jus a diferença de R\$ R\$13.162,50 (treze mil, cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Foi deferido o pedido de benefício da justiça gratuita (Id 52475969).

Em seguida, o réu ofereceu contestação, arguindo, preliminarmente, inépcia da inicial ao fundamento de que há documentos ilegíveis acostados aos autos. No mérito, impugna o boletim de ocorrência, tendo em vista que foi confeccionado oito meses após o acidente. Sustenta, ainda, a ausência de laudo produzido pelo Instituto de Medicina Legal. No mais, afirma que a indenização foi paga em consonância com a legislação pertinente.

Houve réplica (Id 57344926).

O laudo pericial foi acostado aos autos (Id 67110431).

As partes se manifestaram sobre o citado laudo.

É o relatório.

2. Da motivação

Inicialmente, destaco que o feito comporta julgamento antecipado, por força do contido no art. 355, I, do CPC vigente, sendo desnecessária a abertura de dilação probatória, ante a presença da avaliação médica e dos demais documentos anexados ao processo.

De logo, rechaço a preliminar, tendo em vista que o documento apontado na contestação não está totalmente ilegível. Ademais, os outros relatórios médicos coligidos à exordial demonstram o dano.

Passo ao mérito.

Cumpre registrar que não merece guarida as alegações do demandado em peça de defesa, pois



o boletim de ocorrência e o laudo confeccionado pelo Instituto de Medicina Legal não são imprescindíveis ao exame da questão. Sobre o assunto:

AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA (DPVAT). BOLETIM DE OCORRÊNCIA. DESNECESSIDADE. NEXO DE CAUSALIDADE CONFIGURADO. PERÍCIA JUDICIAL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1. A juntada do boletim de ocorrência de forma incompleta ou a elaboração dele após um longo período da data da ocorrência do acidente, por si só, não implica a improcedência do pedido indenizatório². O pagamento de indenização do seguro DPVAT está condicionado a prova do acidente e o dano decorrente deste. Os documentos colacionados aos autos, quando do ajuizamento da demanda, juntamente com a perícia judicial realizada no curso da lide, são suficientes para demonstrar o nexo de causalidade.³. Recurso de apelação não provido. (TJ-PE - AC: 5382498 PE, Relator: Alberto Nogueira Virgínio, Data de Julgamento: 19/02/2020, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 11/03/2020)

Pois bem.

A legislação aplicável ao seguro DPVAT determina que para o recebimento da indenização bastaria a comprovação de simples prova do acidente e do dano decorrente (art. 5º da lei 6194/74), os quais estão devidamente comprovados nos autos.

Considerando que a debilidade permanente é incompleta, deve ser estabelecida indenização proporcional ao grau de incapacidade. Nesse sentido:

SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. Cobrança. Invalidez parcial e permanente. Constitucionalidade da MP n. 340/06 e da Lei n. 11.482/07 reconhecida pelo Órgão Especial do TJSP e pelo STJ. Invalidez parcial não autoriza indenização integral, mas proporcional ao grau de incapacidade. Inteligência do art. 3º, inciso II, da Lei n. 6.194/74 e Súmula n. 474 do STJ. Recurso provido. (Apel. Cível 0001940-93.2012.8.26.0320, TJSP, Relator(a): Gilson Delgado Miranda; Comarca: Limeira; Órgão julgador: 28ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 15/12/2015; Data de registro: 30/12/2015).

O laudo pericial indica debilidade parcial incompleta no ombro direito que, segundo o anexo da referida lei, configura invalidez a ser indenizada segundo o percentual ali informado, qual seja, 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da cobertura (R\$ 13.500,00), perfazendo o montante de 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais).

No entanto, tendo em vista ser lesão incompleta, já que o laudo do perito médico indica sequela definitiva de grau médio, deve ser aplicada a redução, consistente em 50% de 3.375,00, o que totaliza a quantia de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Considerando que o autor recebeu o montante de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) na via administrativa, resta a ser pago o valor de R\$ 1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais), o que se apura de simples cálculo aritmético.

3. Da decisão

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE a pretensão autoral**, condenando a demandada a pagar à parte autora o valor correspondente a R\$ 1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais), referente ao pagamento da indenização do Seguro DPVAT pela debilidade permanente, sem prejuízo da correção monetária pela tabela/ENCOGE a partir do evento danoso, em sintonia com a Súmula 580 do Superior Tribunal de Justiça, e juros de mora à base de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, em consonância com a Súmula 426 do Superior Tribunal de Justiça.

Condeno a ré, ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 15% sobre o valor da condenação, a teor do art. 85 do Estatuto de Ritos.

Publique-se. Intimações necessárias.

Transcorrido *in albis* o prazo recursal, archive-se.

RECIFE, 18 de setembro de 2020

Gildenor Eudócio de Araújo Pires Júnior



Juiz de Direito



JUNTADA DE SUBSTABELECIMENTO




SUBSTABELECIMENTO

ANA CRISTINA ALEIXO PEREIRA SANTOS, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/PE nº 28697D, com endereço profissional a Rua Helena de Lemos, nº 330, Empresarial da Ilha, sala 102, Bairro da Ilha do Retiro, Recife -PE CEP:50750-630

Substabelece com reserva de poderes, na pessoa da advogada **SHARON STEPHANE LINS BARROS**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PE 29.010 D, com endereço profissional a Rua Helena de Lemos, nº 330, Empresarial da Ilha, sala 102, Bairro da Ilha do Retiro, Recife -PE CEP:50750-630, os poderes que lhe foram outorgados por: **CICERO QUINTINO DA SILVA**, através de instrumento particular de mandato, para praticar todos os atos que se fizerem necessários.

Recife, 24 de Setembro de 2020



Ana Cristina Santos
OAB/PE 28697





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 31ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0059967-75.2019.8.17.2001
AUTOR: CICERO QUINTINO DA SILVA

REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a INTIMAÇÃO de CICERO QUINTINO DA SILVA. O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 25 de setembro de 2020

MYRNA MARIA PEREIRA COUTINHO

Diretoria Cível do 1º Grau



AVISO DE RECEBIMENTO PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Endereço: Rua João Rodrigues, 18, Centro, BONITO - PE - CEP: 55680-000

CEP / C 0059967-75.2019.8.17.2001 ID 65525071 PAÍS / PAYS

INSCRIÇÃO 4

Secção B da 31ª Vara Cível da Capital

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE ☐ EMS ☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

MARIA LUCIA P. SILVA

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATON

5/8/20

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION

05 AGO 2020

DR/PE

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

89111265

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16 114 x 186 mm



Correios Brasil

AVISO DE RECEBIMENTO **AR**

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT: 04 AGO 2020

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT: ACQUARO DE SÃO JOSÉ

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

_____/_____/_____ : ____ h

_____/_____/_____ : ____ h

_____/_____/_____ : ____ h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

RECEBER

ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR: _____

ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR: _____

CIDADE / LOCALITE: **SECRETARIA CIVIL DE 1º GRAU DA CAPITAL**
FÓRUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - 1ª ANDAR
AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº
LHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.060-900

UF: **BRASIL**
BRÉSIL

_____-_____-_____-_____-_____-_____-_____-_____-





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 31ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0059967-75.2019.8.17.2001
AUTOR: CICERO QUINTINO DA SILVA

REU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 31ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 68217148, conforme segue transcrito abaixo:

" SENTENÇA Vistos, etc ... 1. Do relatório Cuida-se de Ação Cognitiva aforada por CICERO QUINTINO DA SILVA em face de MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, objetivando receber o complemento da indenização securitária que entende devida, indenização esta derivada do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil de Veículo Automotor (DPVAT) – Lei 6.194/1974. Diz o acionante, em síntese, que o evento danoso, ocorrido em 12 de março de 2018, resultou em debilidade permanente, tendo recebido apenas o valor de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) na via administrativa, fazendo jus a diferença de R\$ R\$13.162,50 (treze mil, cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Foi deferido o pedido de benefício da justiça gratuita (Id 52475969). Em seguida, o réu ofereceu contestação, arguindo, preliminarmente, inépcia da inicial ao fundamento de que há documentos ilegíveis acostados aos autos. No mérito, impugna o boletim de ocorrência, tendo em vista que foi confeccionado oito meses após o acidente. Sustenta, ainda, a ausência de laudo produzido pelo Instituto de Medicina Legal. No mais, afirma que a indenização foi paga em consonância com a legislação pertinente. Houve réplica (Id 57344926). O laudo pericial foi acostado aos autos (Id 67110431). As partes se manifestaram sobre o citado laudo. É o relatório. 2. Da motivação Inicialmente, destaco que o feito comporta julgamento antecipado, por força do contido no art. 355, I, do CPC vigente, sendo desnecessária a abertura de dilação probatória, ante a presença da avaliação médica e dos demais documentos anexados ao processo. De logo, rechaço a preliminar, tendo em vista que o documento apontado na contestação não está totalmente ilegível. Ademais, os outros relatórios médicos coligidos à exordial demonstram o dano. Passo ao mérito. Cumpre registrar que não merece guarida as alegações do demandado em peça de defesa, pois o boletim de ocorrência e o laudo confeccionado pelo Instituto de Medicina Legal não são imprescindíveis ao exame da questão. Sobre o assunto: AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA (DPVAT). BOLETIM DE OCORRÊNCIA. DESNECESSIDADE. NEXO DE CAUSALIDADE CONFIGURADO. PERÍCIA JUDICIAL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1. A juntada do boletim de ocorrência de forma incompleta ou a elaboração dele após um longo período da data da ocorrência do acidente, por si só, não implica a improcedência do pedido indenizatório. 2. O pagamento de indenização do seguro DPVAT está condicionado a prova do acidente e o dano decorrente deste. Os documentos colacionados aos autos, quando do ajuizamento da demanda, juntamente com a perícia judicial realizada no curso da lide, são suficientes para demonstrar o nexo de causalidade. 3. Recurso de apelação não provido. (TJ-PE - AC: 5382498 PE, Relator: Alberto Nogueira Virgínio, Data de Julgamento: 19/02/2020, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 11/03/2020) Pois bem. A legislação aplicável ao seguro DPVAT determina que para o recebimento da indenização bastaria a comprovação de simples prova do acidente e do dano decorrente (art. 5º da lei 6194/74), os quais estão devidamente comprovados nos autos. Considerando que a debilidade permanente é incompleta, deve ser estabelecida indenização proporcional ao grau de incapacidade. Nesse sentido: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. Cobrança. Invalidez parcial e permanente. Constitucionalidade da MP n. 340/06 e da Lei n. 11.482/07 reconhecida pelo Órgão Especial do TJSP e pelo STJ. Invalidez parcial não autoriza indenização integral, mas proporcional ao grau de incapacidade. Inteligência do art. 3º, inciso II, da Lei n. 6.194/74 e Súmula n. 474 do STJ. Recurso provido. (Apel. Cível 0001940-93.2012.8.26.0320, TJSP, Relator(a): Gilson Delgado Miranda; Comarca: Limeira; Órgão julgador: 28ª Câmara de Direito Privado; Data do



juízo: 15/12/2015; Data de registro: 30/12/2015). O laudo pericial indica debilidade parcial incompleta no ombro direito que, segundo o anexo da referida lei, configura invalidez a ser indenizada segundo o percentual ali informado, qual seja, 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da cobertura (R\$ 13.500,00), perfazendo o montante de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais). No entanto, tendo em vista ser lesão incompleta, já que o laudo do perito médico indica sequela definitiva de grau médio, deve ser aplicada a redução, consistente em 50% de R\$ 3.375,00, o que totaliza a quantia de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Considerando que o autor recebeu o montante de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) na via administrativa, resta a ser pago o valor de R\$ 1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais), o que se apura de simples cálculo aritmético. 3. Da decisão Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão autoral, condenando a demandada a pagar à parte autora o valor correspondente a R\$ 1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais), referente ao pagamento da indenização do Seguro DPVAT pela debilidade permanente, sem prejuízo da correção monetária pela tabela/ENCOGE a partir do evento danoso, em sintonia com a Súmula 580 do Superior Tribunal de Justiça, e juros de mora à base de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, em consonância com a Súmula 426 do Superior Tribunal de Justiça. Condeno a ré, ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 15% sobre o valor da condenação, a teor do art. 85 do Estatuto de Ritos. Publique-se. Intimações necessárias. Transcorrido in albis o prazo recursal, archive-se. RECIFE, 18 de setembro de 2020 Gildenor Eudócio de Araújo Pires Júnior Juiz de Direito "

RECIFE, 28 de setembro de 2020.
CHARLES TONY DE OLIVEIRA LIRA
Diretoria Cível do 1º Grau

